

ATA DA 9º (NONA) REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2025 DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA AUTARQUIA **GUARUJÁ PREVIDÊNCIA**

DE 2025 DO
TARQUIA

mil e vinte e cinco,
Sala de Reuniões
Autarquia Guarujá

nº 230, sala 18 nção ao edital de
e 5 (setembro) de
unda chamada às
de Administração
entantes titulares
ipação presencial:
s e Norberto dos
e Lima Lourenço.
âmara Municipal:
do Nascimento.
os: Participação
ntes titulares da
Fundacional do
nguetoni Marques,
e Garcia Ribeiro,
aele. Participação
as: Não houve.
ou autorizados
esclarecimentos
presencial: Diego
Edler Antonio da Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniram-se ordinariamente nas dependências da Sala de Reuniões "Luís Fernando Scalzitti Fioretti", da sede da Autarquia Guarujá Previdência, situada na Av. Adhemar de Barros, nº 230, sala 18 -Santo Antônio, nesta cidade de Guarujá, em atenção ao edital de convocação publicado na pág.10 do Diário Oficial de 5 (setembro) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), em segunda chamada às 14:00hs (quatorze horas), os membros do Conselho de Administração da Autarquia Guaruiá Previdência, a saber: Representantes titulares dos servidores ativos do Poder Executivo: Participação presencial: Guilherme Henrique Munhoz, Gustavo Guerra Dias e Norberto dos Santos Pio. Participação síncrona virtual: Débora de Lima Lourenço. Representante titular dos servidores ativos da Câmara Municipal: Participação síncrona virtual: Anderson Souza do Nascimento. Representante titular dos servidores inativos: presencial: José Sebastião dos Reis. Representantes titulares da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município: Participação presencial: Fábio Renato Aguetoni Marques, Fernando Monteiro dos Santos, Marcelo Henrique Garcia Ribeiro, Marcos Evandro Ferreira e Sandra Reis Barros de Waele. Participação síncrona virtual: Valter Batista de Souza. Faltas: Não houve. Suplentes: Não houve. Convidados, convocados ou autorizados para que de alguma forma possam prestar esclarecimentos pertinentes às matérias em pauta: Participação presencial: Diego Gama de Nazaré - Analista previdenciário Atuário e Edler Antonio da

ma virtual: Adilson quisa Econômica e mento. SEÇÃO - I: mto Interno): A) iciou os trabalhos regimento para os conselheiros da Mesa Diretora pauta durante a da palavra para embros da Mesa Diretora: aminhados: D.1) úcleo de Atuária as pelos membros da última ara apresentação es Atuariais. D.2) Conselheiros na 9ª Administração da Declarações de Ordinária de 2025 o nº 7-595/2025: setembro de 2025. ntuais declarações as ou ações e dinária do ano de **GUARUJÁ**PREV Silva - Presidente da autarquia. Participação síncrona virtual: Adilson Moraes da Costa, atuário do IPEP - Instituto de Pesquisa Econômica e Previdência. Secretário: Anderson Souza do Nascimento. SEÇÃO - I: FASE DE EXPEDIENTE (art. 26 do Regimento Interno): A) Verificação de quórum: o Secretário da Mesa iniciou os trabalhos constatando haver o quórum estabelecido pelo regimento para abertura da reunião. B) Abertura da palavra para os conselheiros que se inscreveram junto ao Secretário Geral da Mesa Diretora para a discussão das matérias presentes na pauta durante a Ordem do Dia: todos se inscreveram. C) Abertura da palavra para relatos e comunicações primeiramente aos membros da Mesa Diretora e, na sequência, aos conselheiros por prévia ordem de inscrição realizada junto ao Secretário Geral da Mesa Diretora: Não houve manifestação. D) Expedientes encaminhados: D.1) Memorando nº 1-595/2025: Encaminha ao Núcleo de Atuária questionário consolidado com as dúvidas suscitadas pelos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, decorrentes da última reunião conjunta realizada no dia 11/08/2025 para apresentação do Relatório de Análise de Aderência das Hipóteses Atuariais. D.2) Memorando nº 5-595/2025: Lista de Presença dos Conselheiros na 9ª Reunião Ordinária do ano de 2025 do Conselho de Administração da GuarujáPrev. **D.3) Memorando nº 6-595/2025:** Declarações de Comparecimento dos Conselheiros na 9ª Reunião Ordinária de 2025 do Conselho de Administração. D.4) Memorando nº 7-595/2025: Retribuição Pecuniária dos Conselheiros do mês de setembro de 2025. **D.5) Memorando nº 8-595/2025:** Deliberações, eventuais declarações de voto. expedientes pendentes de respostas ou ações e apontamentos dos Conselheiros na 9ª Reunião Ordinária do ano de

guarujaprevidencia.sp.gov.br (1) Approvidencia.sp.gov.br (1) Bairro Santo António (2) Ar E) Expedientes

Processos de de julho/2025. E.2)

Processos de de julho/2025. E.2)

Processos de de julho/2025. E.2)

Presidente ao o nº 205/2025 do es da promoção de em de tempo para da resposta da em de tempo para da e ade conjunta das as e financeiras e aderentes às de Guarujá para o enturos, obedecidos en a Portaria MTP dediente do Diretor hando o Relatório Resultado Atuarial, premissas atuais e co atuarial com a consultado Atuarial com a co 2025 do Conselho de Administração da GuarujáPrev. E) Expedientes Memorando 3-524/2025 Recebidos: E.1) Aposentadorias e Pagamentos - Referente ao mês de julho/2025. **E.2**) Memorando 8-547/2025 - Expediente do Diretor Presidente ao Conselho de Administração dando ciência do Ofício nº 205/2025 do Siproem, o qual solicita esclarecimentos sobre efeitos da promoção de Professores Substitutos para PEB I quanto à contagem de tempo para aposentadoria e abono de permanência e, ainda, da resposta da autarquia realizada através do Ofício nº 85/2025. E.3) Memorando 18-348/2025 - Expediente do Diretor Presidente ao Conselho de Administração solicitando a pautação da elegibilidade conjunta das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do RPPS de Guarujá para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022. **E.4) Memorando 20-348/2025** - Expediente do Diretor Presidente ao Conselho de Administração encaminhando o Relatório de Governança Corporativa do 1º Trimestre/2025 - Resultado Atuarial, onde o atuário do IPEP atualiza o cálculo com as premissas atuais e revisadas, havendo demonstração de déficit técnico atuarial com a adoção das novas premissas. E.5) Memorando 15-534/2025 Relatório Mensal de Governança Corporativa da competência de julho de 2025. E.6) Memorando 21-348/2025 -Expediente do Diretor Presidente ao Conselho de Administração dando ciência da juntada do Memorando nº 340/2024 que trata do relatório de análise das hipóteses atuariais. E.7) Memorando

578/2025 - Encaminha Relatório de Conformidade e Regularidade da

guarujaprevidencia.sp.gov.br (1) de Barros. 230 - Bairro Santo António (2) de 2025. E.8)

Dis representantes

dia 29/08/2025 da

dicação Qualidade

da certificação do

Ata da 8ª Reunião

rando 3-589/2025

ferente ao mês de

ediente do Diretor

ciência sobre os

des feitas pela

anto às premissas

das contribuições,

VIII do Anexo VI),

do 3-595/2025
de Administração e

questionamentos,

ncia da Autarquia

da taxa real de

questionamentos,

ncia da Autarquia

da taxa real de

questionamentos,

ncia da Portaria MTP

diente de Pamela

ca e Previdência
Parecer Técnico

citação do Diretor

o dia 10/09/2025. Controladoria Interna da competência de julho de 2025. E.8) Memorando 1-580/2025 - Reguer a indicação de dois representantes do Conselho de Administração para participarem no dia 29/08/2025 da reunião solicitada pelo ICQ Brasil - Instituto de Certificação Qualidade Brasil, como uma das exigências para renovação da certificação do Pró-Gestão Nível IV. E.9) Memorando 583/2025 - Ata da 8ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal de 2025. E.10) Memorando 3-589/2025 - Processos de Aposentadorias e Pagamentos - Referente ao mês de agosto/2025. E.11) Memorando 2-588/2025 - Expediente do Diretor Presidente ao Conselho de Administração dando ciência sobre os questionamentos, fundamentações е solicitações Presidência da Autarquia para o Atuário do IPEP quanto às premissas da taxa real de crescimento da base de cálculo das contribuições, remunerações e proventos - (art. 38) e (art. 4º, inc. VIII do Anexo VI), da Portaria MTP 1.467/2022. **E.12) Memorando 3-595/2025** -Expediente do Diretor Presidente ao Conselho de Administração dando ciência no memorando aberto para registro da presente reunião ordinária sobre o encaminhamento aos Conselhos de Administração e Fiscal do Memorando 588/2025 que trata dos questionamentos, fundamentações e solicitações feitos pela Presidência da Autarquia para o Atuário do IPEP quanto às premissas da taxa real de crescimento da base de cálculo das contribuições, remunerações e proventos - (art. 38) e (art. 4º, inc. VIII do Anexo VI), da Portaria MTP 1.467/2022. **E.13) Memorando 3-588/2025** - Expediente de Pamela Machado membro do Instituto de Pesquisa Econômica e Previdência -IPEP encaminhando planilha e informando que o Parecer Técnico destinado a esclarecer os itens elencados na solicitação do Diretor Presidente tem conclusão e entrega previstas para o dia 10/09/2025.

sta Previdenciário suscitadas pelos siscal, decorrentes 11/08/2025 para sia das Hipóteses liente do Analista io respondido com ORDEM DO DIA: da a leitura pelo estantes da pauta. auta. Resumo da eração acerca da s, demográficas, sio do plano de de beneficiários do mento dos seus ros mínimos de 2022. Inicialmente, vra ao Analista apresentação das de Atuária através sta Previdenciário ao questionário. a pelo IPEP, mais ial muito acima da 700%, isso eleva Esses aumentos os comissionados E.14) Memorando 4-595/2025 - Resposta do Analista Previdenciário Atuário ao questionário consolidado com as dúvidas suscitadas pelos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, decorrentes da última reunião conjunta realizada no dia 11/08/2025 para apresentação do Relatório de Análise de Aderência das Hipóteses Atuariais. E.15) Memorando 6-595/2025 - Expediente do Analista Previdenciário Atuário reencaminhando o questionário respondido com as formatações adequadas. SEÇÃO - II: FASE DA ORDEM DO DIA: (arts. 28 e 29 do Regimento Interno). Realizada a leitura pelo Secretário Geral da Mesa Diretora das matérias constantes da pauta. O Presidente decidiu pela inversão do item 3 da pauta. **Resumo da** discussão dos itens da pauta: 3) Análise e deliberação acerca da elegibilidade conjunta das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do RPPS de Guarujá para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022. Inicialmente, Presidente do Conselho concedeu a palavra ao Previdenciário Atuário Diego Gama de Nazaré para apresentação das respostas ao questionário encaminhado ao Núcleo de Atuária através do despacho 1 do Memorando nº 595/2025. O Analista Previdenciário apresentou as seguintes respostas Pergunta1: Conforme a planilha de cálculos enviada pelo IPEP, mais de 20% dos prontuários possuem um aumento salarial muito acima da média com variações que podem chegar a mais de 700%, isso eleva muito a média de variação salarial de cada ano. Esses aumentos expressivos levam a crer que se tratam de cargos comissionados

GUARUJÁPREV

ixo, uma situação
Pode projetar para
Resposta: É algo
o, pois o cargo em
cupa este ano, ele
retirar do cálculo,
um servidor deixa
ssa a recebê-la, o
mesmo, somente
em comissão ou
aria de impactar a
2018 até o ano de
s era obrigatória,
s percentuais de
entos elevados,
xa de crescimento
es impactos, o que
da taxa real de
hos, bem como a
ais que comporão
rme previsão do §
É possível tirar do
er a % média de
Resposta: Não é
eração devem ser
ssão de cargos e
os valores dos
do § 1º, art. 38 da ocupados por funcionários com o salário base baixo, uma situação transitória já que se trata de cargos comissionados. Pode projetar para 75 anos estes casos de aumentos transitórios? Resposta: É algocomplexo, porém deve ser sempre visto com cuidado, pois o cargo em comissão ou a função de confiança que o Servidor ocupa este ano, ele pode não ocupar no futuro. Porém não podemos retirar do cálculo, pois entra na base de cálculo de contribuição. E, se um servidor deixa de receber essa determinada verba, mas outro passa a recebê-la, o impacto de crescimento da taxa salarial continua o mesmo, somente na hipótese de extinção de determinado cargo em comissão ou determinada função de confiança que o valor deixaria de impactar a taxa de crescimento salarial, haja vista que do ano 2018 até o ano de 2024 a contribuição previdenciária dessas verbas era obrigatória, passando a ser facultativa em 2025. Quanto aos percentuais de prontuários que eventualmente tiveram aumentos impactando a massa, o importante é observar que taxa de crescimento salarial da massa foi consolidada considerando esses impactos, o que não poderia ser diferente, porque no cálculo da taxa real de remuneração devem ser computados todos os ganhos, bem como a progressão de cargos e carreiras e os reajustes gerais que comporão os valores dos benefícios a serem concedidos, conforme previsão do § 1º, art. 38 da Portaria MTP 1.467/2022. **Pergunta2:** É possível tirar do cálculo esses casos muito acima da média ou trazer a % média de aumento apenas na base original do funcionário? Resposta: Não é possível porque no cálculo da taxa real de remuneração devem ser computados todos os ganhos, bem como a progressão de cargos e carreiras e os reajustes gerais que comporão os valores dos benefícios a serem concedidos, conforme previsão do § 1º, art. 38 da

GUARUJÁPREV

Relatório de Análise das Hipóteses observou o prazo previsto para sua

revisão, desde o último elaborado, conforme previsão do art. 53,

caput, inc. II, Anexo VI da Portaria MTP nº 1.467/2022: APLICAÇAO

FINANCEIRO E ATUARIAL Art. 53. O envio à SPREV do Relatório de

Análise das Hipóteses, a cada 4 (quatro) anos, como anexo ao

GARANTIA

DO

PARA

PARÂMETROS

DOS

Relatório da Avaliação Atuarial do exercício seguinte, deverá observar os seguintes marcos temporais: [...] II - 31 de julho de 2024, relativo à avaliação atuarial posicionada em 31 de dezembro de 2023, para os RPPS classificados no grupo Grande Porte do ISP-RPPS; e. Pergunta5: A base dos valores de contribuições considerados para o cálculo são as folhas de pagamento relativas ao mês de dezembro do ano a que se referem? Ou são da última contribuição do servidor no respectivo ano? Resposta: A base usada, foram as utilizadas para avaliação atuarial anual, conforme previsão da Portaria MTP nº 1.467/2022, principalmente o § 1º deste artigo (posicionada entre julho e dezembro do exercício): Base cadastral. Art. 47. A avaliação atuarial deverá dispor de informações atualizadas e consistentes que contemplem todos os segurados e beneficiários do RPPS, de quaisquer dos poderes, órgãos e entidades do ente federativo. Ş 1º A base de dados cadastrais, funcionais e remuneratórios deverá estar posicionada entre julho e dezembro do exercício relativo à avaliação atuarial anual com data focal em 31 de dezembro. § 2º Poderão ser utilizados critérios de ajuste da base de dados cadastrais para o seu posicionamento na data focal da avaliação, com a devida adequação do passivo atuarial, desde que demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial. § 3º Os poderes, órgãos e entidades do ente federativo deverão encaminhar à unidade gestora do RPPS as informações de que trata o caput, ou permitir o seu acesso a sistemas que contenham essas informações, em tempo hábil para sua análise, correção, processamento e apresentação dos resultados. § 4º A SPREV poderá solicitar ao ente federativo os arquivos contendo a base de dados utilizada na avaliação atuarial,

sem prejuízo do disposto no inciso VI do caput do art. 241. § 5º O

a base de dados
as as informações
dos custos e
II - a análise da
ção, amplitude e
ajuste técnico dos
nciso II; e IV - as
a unidade gestora
a para a avaliação
ório da avaliação
e desligamento do
ara fins de cálculo
siderados apenas
para o outro. Se
puinte. Pergunta7:
o que possui uma
la transparência a
aldo no mês de
escisório? E se for
culo da média de
entuais, e por isso,
s discrepâncias, e
E, pode ser que
el direitos salariais
epresado até que
aso de variações
das no cálculo da
ntuário que possui Relatório da Avaliação Atuarial deverá descrever a base de dados utilizada, explicitando: I - se foram apresentadas todas as informações necessárias para 0 correto dimensionamento dos compromissos do plano de benefícios do RPPS; II - a análise da qualidade dos dados, destacando sua atualização, amplitude e consistência; III - as premissas adotadas para o ajuste técnico dos dados que não atendem os atributos previstos no inciso II; e IV - as providências adotadas pelo ente federativo e pela unidade gestora para a adequação da base de dados disponibilizada para a avaliação que foi objeto dos ajustes mencionados no relatório da avaliação atuarial do exercício anterior. **Pergunta6:** No caso de desligamento do servidor, a contribuição rescisória é considerada para fins de cálculo da média de variação salarial? **Resposta**: São considerados apenas os casos em que o prontuário cresceu de um ano para o outro. Se desligado, não impactará no crescimento do ano seguinte. Pergunta7: Na variação de 2023 para 2024, temos um prontuário que possui uma variação de 700,78%. Porém verificamos no portal da transparência a informação de que este prontuário foi desligado no mês de agosto/2024. Essa variação não pode ser do valor rescisório? E se for realmente deve ser considerado para fins de cálculo da média de variação salarial? **Resposta**: Estes são variações pontuais, e por isso, sempre fica recomendado análise detalhadas de tais discrepâncias, e o atuário da autarquia está revendo tais distorções. E, pode ser que tenha havido pagamentos e repasses de valores de direitos salariais retroativos, o que significaria crescimento salarial represado até que houve o pagamento retroativo. **Pergunta8:** No caso de variações negativas, por que as mesmas não são consideradas no cálculo da

média de variação salarial? Existe o caso de um prontuário que possui

guarujaprevidencia.sp.gov.br (1) de Barros. 230 Bairro Santo António (2) de Jairros. 230 Bairro Santo António (3) de Jairros. 230 Bairros Santo António (3) de Jairros. 230 Bairros Santo António (3) de Jairros. 230 Bairros Santo António (3) de Jairros (3) de J a variação nos anos de 2019/2020, 2020/2021, 2023/2024. Na variação 2022/2023 não consta a variação. Em análise portal da transparência, verificamos aue no dezembro/2023 este prontuário recebeu um valor muito menor do que o seu salário menor, e houve o pagamento de um valor complementar no mês subsequente (janeiro/2024), que não foi computado na base. Assim sendo, a variação de 2022/2023, tornou-se negativa e a variação de 2023/2024 ficou em 258,66%, quando o correto, se considerarmos o valor real do salário de dezembro/2023 seria de 15%? **Resposta**: Como a base de dados utilizada é a da data base para avaliação atuarial, e para termos uma menor variação nos erros dos dados, se faz necessário um banco de dados robusto e com informações atualizadas. Acredito que as respostas anteriores corroboram para o entendimento e solução desta pergunta. Pergunta9: Nos casos que citamos acima, e os demais que existem no cálculo, onde a variação seja discrepante, não cabe à autarquia uma maior análise, para que se verifique se são ou não distorções? Resposta: Este trabalho está sendo feito na autarquia. Porém isto informado demanda tempo, como nas respostas Pergunta10: Em anos anteriores a empresa contratada pediu esclarecimentos dos valores discrepantes na base de dados como estes apontados na planilha deste ano. O IPEP detectou e pediu algum esclarecimento das informações recebidas para efetuar os cálculos em 2025? Sempre é realizado críticas? Resposta: Todos os anos a empresa apresenta as inconsistências encontradas nos dados para apuração. No entanto, o último teste de aderência das hipóteses atuariais foi realizado a 4 anos, conforme previsão da legislação.

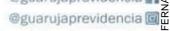
Pergunta11: Na definição da projeção de crescimento real do salário

ento que se obtém arial", que é uma porém em cima penefícios. E tem após 2022, estão etes venham a ter ão estará limitado da Portaria MTP eração devam ser ssão de cargos e os valores dos n que medida a ração da curva de da Portaria MTP eração devam ser ssão de cargos e os valores dos n que medida a ração da curva de da Portaria MTP eração devam ser ssão de cargos e os valores dos n que medida a ração da curva de da Portaria MTP eração devam ser ssão de cargos e os valores dos n que medida a ração da curva de da Portaria MTP eração devam ser ssão de cargos e os valores dos representa ganho a receber sobre o correspondente a 00 e passou a ser 00 para todos que alarial de toda a s de salários de ciária que vigora esultado atuarial? está parametrizado o crescimento por conta dos direitos estabelecidos no Estatuto, individualizado, ou se trabalha com um fator? **Resposta**: O cálculo é feito de acordo com a variação do aumento que se obtém a cada ano, por isso se utiliza o "Crescimento salarial", que é uma média em relação ao crescimento dos servidores, porém em cima somente dos valores que são para cálculo de benefícios. E tem particularidades, em que servidores ingressantes após 2022, estão limitados ao teto do RGPS, e que, mesmo que estes venham a ter remunerações brutas maiores, o valor de contribuição estará limitado ao teto do RGPS. A previsão do § 1º, art. 38 da Portaria MTP 1.467/2022, é que no cálculo da taxa real de remuneração devam ser computados todos os ganhos, bem como a progressão de cargos e carreiras e os reajustes gerais que comporão os valores dos benefícios a serem concedidos. Pergunta12: Em que medida a alteração do teto municipal afetou a previsão de alteração da curva de resultado? **Resposta**: A previsão do § 1º, art. 38 da Portaria MTP 1.467/2022, é que no cálculo da taxa real de remuneração devam ser computados todos os ganhos, bem como a progressão de cargos e carreiras e os reajustes gerais que comporão os valores dos benefícios a serem concedidos. O teto municipal representa ganho real para todos que estão naquele limite e passam a receber sobre o novo limite, podendo crescer salarialmente no valor correspondente a toda a diferença. Por exemplo: Se o teto era R\$ 26.000 e passou a ser R\$ 33.000 o ganho real pode ter chegado a R\$ 7.000 para todos que estavam nessa faixa, impactando o crescimento salarial de toda a massa. **Pergunta13:** Como os novos parâmetros de salários de contribuição, permitidos após a Reforma Previdenciária que vigora

desde 01 de janeiro contribuem para a curva do resultado atuarial?

estudo limitou-se estado limit **GUARUJÁ**PREV Resposta: No presente, não contribuem, porque o estudo limitou-se aos últimos anos e a mudança da Reforma para contribuições facultativas começou a partir de abril deste ano 2025. Pergunta14: Os parâmetros estão relacionados a adesão às novas regras, porque tem sido baixa a inclusão de novos valores à Contribuição. Resposta: Respondido na pergunta anterior. **Pergunta15:** O padrão do cadastro existente nos dá um bom nível de garantia da qualidade deste resultado? Resposta: Sim. Mas, sempre podemos estar melhorando este padrão do cadastro. Pergunta16: Solicito uma exposição mais detalhada acerca da questão que envolve a definição da hipótese de taxa de crescimento salarial, para podermos alinhar isso com a Secretaria de Gestão Administrativa. **Resposta**: A taxa de crescimento salarial é uma hipótese atuarial que projeta o aumento futuro dos salários dos participantes, essencial para o estudo de aderência de planos previdenciários e de benefícios, ao influenciar o custo total e os montantes futuros de contribuições е pagamentos. definição requer análise de dados históricos e projeções econômicas, considerando fatores como inflação, produtividade, e carreiras dos determinar um valor realista segurados, para sustentabilidade do plano. Pergunta17: Qual a variação do índice de inflação adotado para verificação das hipóteses, do subsídio do Prefeito e do salário-mínimo desde 01/01/2013 data de instituição do Guarujá Previdência. **Resposta**: Depende do percentual ou do valor determinado em cada Lei, mas geralmente não é exposto se os estudos da prefeitura foram feitos com base no IPCA ou no INPC, por exemplo. Exemplos: LEI Nº 5.267/2025. "Reajusta os vencimentos dos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo, as

funções públicas, os empregados públicos ativos do Poder Executivo



Av. Adhemar de Barros, 230 - Bairro Santo Antônio (6)

guarujaprevidencia.sp.gov.br and antonio or de Barros. 230 - Bairro Santo Antonio or duarujá, se e pensionistas antes de cargos nicípio de Guarujá, se 3.981, de 14 de 1º Os vencimentos vimento efetivo, as o Poder Executivo ara adquirirem a e pensionistas se tabelas salariais de 04 de abril de ntes de cargos nicípio de Guarujá, mesma legislação vírgula cinco por rata este artigo se eC), às Funções Educação (FG-E), "Dispõe sobre a to, Vice-Prefeito e s." Art. 1º Ficam icipal e do Vice-a quarenta e sete tituição Federal, a Ficam igualmente no percentual de termos do art. 37, Municipal que não reuniram os requisitos para adquirirem estabilidade do art. 19 do ADCT, dos inativos e pensionistas remanescentes da Lei nº 1.212/75, dos ocupantes de cargos comissionados e da Autarquia Previdenciária do Município de Guarujá, em revisão geral anual, altera dispositivos da Lei nº 3.981, de 14 de novembro de 2012, e dá outras providências." Art. 1º Os vencimentos dos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo, as funções públicas, os empregados públicos ativos do Poder Executivo Municipal que não reuniram os requisitos para adquirirem a estabilidade do art. 19 do ADCT, inativos remanescentes da Lei nº 1.212/75, constantes das tabelas salariais dispostas na Lei Complementar Municipal nº 135, de 04 de abril de alterações subsequentes, dos ocupantes de cargos comissionados e da Autarquia Previdenciária do Município de Guarujá, conforme autorização constante do artigo 154, da mesma legislação complementar, ficam reajustados em 5,5% (cinco vírgula cinco por cento). Parágrafo único. O reajuste salarial de que trata este artigo se aplica igualmente às Funções de Confiança (FC), às Funções Gratificadas (FG) e Funções de Especialistas em Educação (FG-E), dispostas nas leis vigentes. LEI Nº 5.269/2025. "Dispõe sobre a revisão geral anual dos subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais e dá outras providências." Art. 1º Ficam revisados os subsídios mensais do Prefeito Municipal e do Vice-Prefeito Municipal no percentual de 1,47 (um vírgula guarenta e sete por cento), nos termos do art. 37, inciso X da Constituição Federal, a partir do dia 1.º de abril de 2025. Parágrafo único. Ficam igualmente revisados os subsídios dos Secretários Municipais no percentual de 1,47 (um vírgula quarenta e sete por cento), nos termos do art. 37,

GUARUJÁPREV

de abril de 2025.
Subsídios mensais
ara a legislatura a
providências". Art.
Guarujá para a
fixado no valor de
etecentos reais).
I de Guarujá para
, é fixado no valor
bsídio mensal dos
a ser iniciada em
71,00 (vinte e dois
) Anderson Souza
das respostas do
se e manifestação
estão aquém do
para referência
ões objetivas. Em
Núcleo, com o
. Posteriormente,
esposta do pedido
dente através do
da taxa real de
remunerações e
eliberação sobre a
ressaltou que as
realização de um
para definição da inciso X da Constituição Federal, a partir do dia 1.º de abril de 2025. LEI № 5.251/2024. "Dispõe sobre a fixação dos subsídios mensais do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais para a legislatura a ser iniciada em 1º de janeiro de 2025 e dá outras providências". Art. 1º O subsídio mensal do Prefeito Municipal de Guarujá para legislatura a ser iniciada em 1º de janeiro de 2025, é fixado no valor de R\$ 32,700.00 dois mil (trinta setecentos Art. 2º O subsídio mensal do Vice-Prefeito Municipal de Guarujá para a legislatura a ser iniciada em 1º de janeiro de 2025, é fixado no valor de R\$ 29.000,00 (vinte e nove mil reais). Art. 3º O subsídio mensal dos Secretários Municipais de Guarujá para a legislatura a ser iniciada em 1º de janeiro de 2025, é fixado no valor de R\$ 22.571,00 (vinte e dois mil, quinhentos e setenta e um reais). O conselheiro Anderson Souza do Nascimento ressaltou que após a apreciação das respostas do questionário, talvez pelo tempo reduzido para análise e manifestação do Núcleo de Atuária, considera que as mesmas estão aquém do haja vista que acabaram voltadas legislativa, no lugar de respostas diretas para questões objetivas. Em seguida, opinou pelo reencaminhamento para o Núcleo, com o compartilhamento das questões ao próprio IPEP. Posteriormente, observou que é importante, também, aguardar a resposta do pedido de esclarecimentos formulado pelo Diretor Presidente através do Memorando nº 588/2025 sobre as premissas da taxa real de crescimento da base de cálculo das contribuições, remunerações e proventos, pois contribuirão para as discussões e deliberação sobre a matéria. O conselheiro Guilherme Henrique Munhoz ressaltou que as dúvidas do questionário foram formuladas, após a realização de um trabalho de comparação dos números apresentados para definição da

icadas distorções, dos prontuários. O ica e Previdência os que levaram a pram fundados na esta definida após ário Atuário Diego nótese e premissa dise do banco de areceu ainda que ar de uma maior er Antonio da Silva res interferem na o, por exemplo, da são ocupados por integrados na base sua contribuição empreendida no diu a palavra para para para eleição das atual momento do ressaltou que as de definição das e beneficiários do banco de dados mos migrar de um quadro de déficit pobre o reflexo do nova hipótese de crescimento real, onde foram verificadas distorções, em alguns casos, próximas de 700% em determinados prontuários. O atuário do IPEP - Instituto de Pesquisa Econômica e Previdência Adilson Moraes da Costa ressaltou que os números que levaram a sugestão da nova hipótese de crescimento real foram fundados na base de dados encaminhada pelo Instituto, sendo esta definida após análise de critérios técnicos. O Analista previdenciário Atuário Diego Gama de Nazaré ressaltou que a definição da hipótese e premissa adequada de crescimento real é baseada na análise do banco de dados da massa de servidores do Município, esclareceu ainda que esta base vem sendo revisada para se aproximar de uma maior realidade dos dados. O Presidente da Autarquia Edler Antonio da Silva pediu a palavra para observar que muitos fatores interferem na definição da hipótese de crescimento real, lembrando, por exemplo, da questão das funções gratificadas e cargos em comissão ocupados por servidores de carreira que eram obrigatoriamente integrados na base de cálculo previdenciária e que atualmente tem sua contribuição facultativa, nos termos da reforma previdenciária empreendida no Município. O conselheiro Valter Batista de Souza pediu a palavra para registrar que a situação verificada pelo IPEP para eleição das hipóteses e premissas decorre de um retrato do atual momento do Município. O conselheiro Norberto dos Santos Pio ressaltou que as empresas contratadas para realização do trabalho de definição das hipóteses aderentes às características da massa de beneficiários do RPPS dependem das informações constantes do banco de dados fornecido, mas que gostaria de entender como podemos migrar de um quadro de superávit nos últimos anos, para um quadro de déficit atuarial. O Presidente do Conselho questionou sobre o reflexo do

guarujaprevidencia.sp.gov.br (1) de Barros. 230 - Bairro Santo António (2) duve discussão. 4)

SUNTOS EXTRA (2) terno): não houve. (3) terno): não houve. (4) de Barros. 10 ao houve. (5) de Conselho DE (5) de Conselho Fiscal e (5) de Governança (5 Competência do mês de julho de 2025. Não houve discussão. 4) Assuntos Gerais: Não houve. SEÇÃO - III: ASSUNTOS EXTRA PAUTA (inc. III do art. 29 e art. 31 do Regimento Interno): não houve. Resumo da discussão do item da pauta extraordinária: não houve. SEÇÃO IV: **DELIBERAÇÕES** DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO (arts. 33 e 38 do Regimento Interno): A) Assuntos da Pauta Ordinária: Deliberações: 1) Análise e deliberação do Relatório Mensal de Atividades do Conselho Fiscal e da Ata do Conselho Fiscal sobre o Relatório Mensal de Governança Corporativa do mês de julho de 2025, em consonância com o art. 18, inciso I e art. 21, incisos I e II da Lei Complementar 179/2015. Aprovado pela unanimidade dos presentes. 2) Análise e deliberação Relatório Mensal de Conformidade e Regularidade Controladoria Interna da Competência do mês de julho de 2025. Aprovado pela unanimidade dos presentes. unanimidade dos presentes. 3) Análise e deliberação acerca da elegibilidade conjunta das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras adequadas à situação do plano de benefícios e aderentes às características da massa de beneficiários do RPPS de Guarujá para o correto dimensionamento dos seus compromissos futuros, obedecidos os parâmetros mínimos de prudência estabelecidos na Portaria MTP nº 1.467/2022. Não houve deliberação. 4) Assuntos Gerais. Não houve deliberação. **Declarações** de voto: Não houve. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente deu por encerrados os trabalhos às 16:15 (dezesseis horas e quinze minutos), e para constar, eu, Anderson Souza do Nascimento, Secretário, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, seque assinada por mim, pelo Presidente e pelos demais conselheiros



ação

ação presentes, ficando a próxima reunião ordinária agendada para o dia 6 (seis) de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), segunda-feira, às 13h30min (treze horas e trinta minutos) em primeira chamada, e às 14h (quatorze horas) em segunda chamada.

GUARUJÁPREV

Guarujá, 10 de setembro de 2025.

MESA DIRETORA

Assinatura Eletrônica Fábio Renato Aguetoni Marques Presidente do Conselho de Administração

Assinatura Eletrônica Anderson Souza do Nascimento 1º Secretário do Conselho de Administração

Assinatura Eletrônica José Sebastião dos Reis 2º Secretário do Conselho de Administração

Assinatura Eletrônica **Fernando Monteiro dos Santos** Vice-Presidente do Conselho de Administração



REPRESENTANTES TITULARES DOS SERVIDORES ATIVOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Assinatura Eletrônica Débora de Lima Lourenço Conselheira

Assinatura Eletrônica **Guilherme Henrique Munhoz** Conselheiro

> Assinatura Eletrônica **Gustavo Guerra Dias** Conselheiro

Assinatura Eletrônica Norberto dos Santos Pio Conselheiro

ASSINGO DON ASCIMENTO, NORBERTO DOS SANTOS PIO, VALTER BATISTA DE SOUZA, SANDRA REIS BARROS DE WAELE, GUILHERME HENRIQUE MUNHOZ, F REPRESENTANTES TITULARES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO

Assinatura Eletrônica Marcelo Henrique Garcia Ribeiro Conselheiro



Av. Adhemar de Barros, 230 - Bairro Santo Antônio (6)

Assinatura Eletrônica **Marcos Evandro Ferreira** Conselheiro

Assinatura Eletrônica Sandra Reis Barros de Waele Conselheira

> Assinatura Eletrônica Valter Batista de Souza Conselheiro



Papel: Parte

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B848-2FAE-DEE1-7154

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

ANDERSON SOUZA DO NASCIMENTO (CPF 280.XXX.XXX-54) em 10/09/2025 19:12:38 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

NORBERTO DOS SANTOS PIO (CPF 801.XXX.XXX-15) em 10/09/2025 20:09:02 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ VALTER BATISTA DE SOUZA (CPF 108.XXX.XXX-62) em 10/09/2025 20:21:57 GMT-03:00

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

SANDRA REIS BARROS DE WAELE (CPF 133.XXX.XXX-20) em 10/09/2025 20:40:54 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

✓ GUILHERME HENRIQUE MUNHOZ (CPF 325.XXX.XXX-16) em 10/09/2025 20:42:06 GMT-03:00 Papel: Parte

✓ FERNANDO MONTEIRO DOS SANTOS (CPF 133.XXX.XXX-03) em 11/09/2025 10:01:05 GMT-03:00

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSÉ SEBASTIÃO DOS REIS (CPF 018.XXX.XXX-62) em 11/09/2025 12:45:39 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSÉ SEBASTIÃO DOS REIS (CPF 018.XXX.XXX-62) em 11/09/2025 12:47:44 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSÉ SEBASTIÃO DOS REIS (CPF 018.XXX.XXX-62) em 11/09/2025 12:49:45 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

JOSÉ SEBASTIÃO DOS REIS (CPF 018.XXX.XXX-62) em 11/09/2025 12:51:28 GMT-03:00 Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MARCOS EVANDRO FERREIRA (CPF 782.XXX.XXX-49) em 11/09/2025 13:04:31 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

FÁBIO RENATO AGUETONI MARQUES (CPF 189.XXX.XXX-10) em 12/09/2025 09:48:10 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

GUSTAVO GUERRA DIAS (CPF 260.XXX.XXX-30) em 12/09/2025 13:18:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

DÉBORA DE LIMA LOURENÇO (CPF 133.XXX.XXX-60) em 15/09/2025 08:38:37 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

MARCELO HENRIQUE GARCIA RIBEIRO (CPF 301.XXX.XXX-88) em 15/09/2025 09:08:29 GMT-03:00 Papel: Parte Emitido por: AC VALID RFB v5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://guarujaprev.1doc.com.br/verificacao/B848-2FAE-DEE1-7154